

# Decisão de Toffoli põe em risco R\$ 25 bi em multas

Suspensões de acordos de leniência da Odebrecht e J&F abrem caminho para que ao menos outras dez empresas alvos de investigações da Operação Lava-Jato entrem com pedidos semelhantes no STF

JULIANA NOVA  
jnova@oglobo.com.br

O entendimento do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que suspendeu o pagamento de uma multa bilionária da Odebrecht, atual Novonor, abre margem para que ao menos R\$ 25 bilhões deixem de ser pagos à União. O valor equivale ao montante previsto em acordos de leniência firmados entre empresas investigadas pelo Ministério Público Federal, sobretudo durante a Operação Lava-Jato, e órgãos federais desde 2014. Por decisão do magistrado, proferida na última quinta-feira, a empreiteira ficou livre de desembolsar R\$ 3,8 bilhões.

A revisão do pagamento de acordos de leniência — uma delação premiada de empresas, em que seus executivos reconhecem crimes mediante multa — avançou em dezembro passado, quando Toffoli autorizou que o grupo J&F deixasse de pagar multa de R\$ 10,3 bilhões em compromisso firmado com o Ministério Público Federal (MPF). A Polícia Federal apontou que empresários do grupo participaram de esquema de fraudes em fundos de pensão.

Na esteira das decisões em favor da J&F e Odebrecht, outras dez empresas, entre empreiteiras, construtoras e agências de publicidade, podem pedir a suspensão do pagamento no STF. Os acordos firmados com a Contro-

ladoria-Geral da União (CGU) preveem o pagamento de cerca de R\$ 14 bilhões, dos quais apenas R\$ 5,4 bilhões foram pagos até o final de janeiro deste ano. Uma dessas empresas, a OAS, investigada por corrupção envolvendo contratos com refinarias da Petrobras, já entrou com pedido na Suprema Corte horas após a decisão que beneficiou a Odebrecht. Em 2019, a construtora selou acordo para pagar R\$ 1,92 bilhão em multas, em valores da época, mas apenas R\$ 4 milhões foram quitados até o final de janeiro deste ano.

## ACORDOS EM INVESTIGAÇÕES DE CORRUPÇÃO

Empreiteiras envolvidas em escândalos de corrupção como a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa também estão entre as companhias que podem pedir que a Corte suste efeitos. Executivos das empreiteiras — que de vez em quando são responsabilizados, R\$ 1,48 bilhão e R\$ 1,39 bilhão à União — foram acusados de participar de esquema de propina com empresas públicas no ramo da construção. Além delas, Braskem, Technip e Keppel Offshore & Marine, que somam quase R\$ 5 bilhões em multas ao erário, também firmaram acordos nos últimos anos. Desde sua homologação, elas quitaram R\$ 4,2 bilhões. Destas, apenas a Braskem não concluiu os pagamentos, e ainda deve pagar cerca de R\$ 700 milhões.



Despacho. Toffoli em sessão no Supremo: suspensão de acordos de leniência abre margem para "reação em cadeia"

## ACORDOS EM INVESTIGAÇÕES DE CORRUPÇÃO

Empresa	Ano	Valor do acordo (bilhões de R\$)	Valor pago
Odebrecht (atual Novonor)	2018	3,8	0,17
Braskem	2019	2,87	2,17
OAS	2019	1,92	0,004
Andrade Gutierrez	2018	1,48	0,43
Camargo Corrêa	2019	1,39	0,50
Keppel Offshore & Marine	2022	1,22	1,22
Technip	2019	0,82	0,82
UTC	2017	0,57	0,04
Nova Participações (Ex-Engvix)	2019	0,52	0,01
Rain-Royce	2021	0,09	0,09
Multicore	2018	0,05	0,05

Fonte: CGU. \* Para o valor declarado ao Departamento de Justiça dos EUA e à Procuradoria-Geral da Justiça

O somatório dos valores devido por danos ao erário, de R\$ 25 bilhões, supera o orçamento previsto para o Ministério das Cidades neste ano, de R\$ 22,3 bilhões. A pasta é uma das responsáveis pela realização de obras do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal ação de infraestrutura do país hoje. A quantia também é superior ao total de recursos previstos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, de R\$ 21,9 bilhões.

O entendimento de Toffoli sobre os acordos da Odebrecht e da J&F teve como base arquivos de mensagens obtidos pela Operação Spoofing. O conteúdo apontou discussão de decisões entre procuradores da força-tare-

fa da Lava-Jato e o então juiz Sérgio Moro, que comandava a 13ª Vara Federal de Curitiba, em que era responsável por avaliar os processos.

Na avaliação de Gustavo Sampaio, professor de Direito Constitucional da UFF, as decisões deixam a porta aberta para que outras empresas peçam a suspensão ao STF. No entanto, por não ser um entendimento com efeito direto em outras ações, o jurista avalia que nada impede que outras empresas com acordo de leniência com órgãos públicos não tenham o mesmo resultado na Corte.

— A decisão de Toffoli pode abrir a porta para que outras empresas formulem os seus entendimentos, mas não quer dizer que o STF venha a entender que será o mesmo procedimento envolvendo outras investigadas — avalia Sampaio. — No entanto, gera uma tendência de reação em cadeia em praticamente todos os acordos de leniência em relação às multas fixadas.

Sampaio salienta que, no plenário do Supremo, a suspensão dos pagamentos de multas deve levar a interpretações divergentes entre os ministros. Ainda assim, ele acredita que os episódios apontam um "retrocesso moral" da Lava-Jato, representando um "refluxo" mais forte que o vivido pela Operação Mãos Limpas na Itália, que inspirou o modelo brasileiro.

## Suspensão de acordo foi publicada no último dia do recesso do STF

RAFAEL MORAES MOURA  
rmoura@oglobo.com.br

A determinação do ministro Dias Toffoli para suspender o acordo de leniência da Odebrecht foi despachada no último dia do recesso do Supremo Tribunal Federal (STF). A ação foi priorizada em meio aos 1.426 processos que compõem o acervo do gabinete do ministro.

Em dezembro, a assessoria do STF havia informado à coluna de Malu Gaspar, do GLOBO, que Toffoli se man-

tinha em atividade "apenas para o despacho de medidas ou petições relacionadas a uma ação específica", que era justamente o caso da Vaza-Jato, que levou à anulação do acordo. Os outros mais de mil processos no gabinete do ministro não seriam priorizados até a retomada das atividades regulares da Corte.

Procurado pela equipe da coluna, Toffoli não esclareceu por que priorizou a ação durante o recesso, nem por que assinou a decisão que suspendeu os pagamentos da multa da Odebrecht em 31 de janei-

ro, antes da abertura do ano judiciário no Supremo, o que só ocorreu um dia depois.

## CAMINHO

Ação chegou às mãos de Toffoli, um dos expoentes da ala mais contrária à Lava-Jato, após uma manobra interna do STF. Em maio do ano passado, o ministro Edson Fachin, relator da Lava-Jato, provocou estranhamento dentro do tribunal ao abrir mão da relatoria "interina" do caso, que ficou para Toffoli. O relator original era o ministro Ricardo Lewandowski, que se

aposentou em abril de 2022 por completar 75 anos.

O caso em questão é, originalmente, uma reclamação apresentada pela defesa de Lula em agosto de 2020 — na época, capitaneada por Cristiano Zanin — com o objetivo de garantir ao petista acesso a documentos e provas do acordo de leniência da Odebrecht. A ação ganhou novos contornos depois que vieram à tona as mensagens entre o ex-juiz e hoje senador Sérgio Moro (União-PR) e procuradores da Lava-Jato de Curitiba, captadas pelo hacker Delgatti Neto

e apreendidas na Operação Spoofing, da Polícia Federal.

Como Zanin foi escolhido para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria de Lewandowski no STF, herdou o acervo do ministro, mas ficaria impedido de assumir a relatoria de uma ação da qual ele mesmo é o autor. Em tese, o processo deveria então ser redistribuído para um novo ministro, mas a manobra de Fachin impediu que isso ocorresse.

Entre maio e setembro de 2023, Toffoli analisou as provas da Odebrecht utilizadas contra o advogado Tacla Duran, o

ex-ministro Paulo Bernardo, os ex-governadores Anthony Garotinho Sérgio Cabral e Gilberto Kassab, e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. O ministro, então, anulou as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht em todas as ações, ainda que a ação inicialmente seja apenas referente à Lava.

Em nota, Fachin afirmou que o regimento interno e os precedentes do STF "foram observados" no envio da reclamação a Toffoli e enfatizou que não foi o "relator" do caso, mas "o substituído circunstancialmente, como ministro imediato em antiguidade, apenas para deliberar sobre medida urgente".

## Lista do TSE tem ex-advogado de Dallagnol e nomeada por Moro

Presidente Lula vai escolher nome que julgar caso de senador no TRE-PR

A lista tríplice para a vaga aberta no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é formada por nomes com passagens anteriores pela Corte como magistrados substitutos. O escolhido participará do julgamento da ação que, em caso de condenação, pode culminar na cassação do ex-juiz e senador Sérgio Moro (União-PR) por abuso de poder econômico nas eleições de 2022.

Fazem parte da relação de advogados José Rodrigo Sade, Roberto Aurichio Junior e Graciane Aparecida do Valle Lemos. Caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolher um dos três nomes. A expectativa é que isso ocorra nos próximos dias, ainda antes do carnaval.

Como advogado, Sade já defendeu o ex-deputado federal Deltan Dallagnol, procurador durante a Operação Lava-Jato, da qual Moro foi juiz. Como membro substituto do TRE-PR, Sade chegou a se declarar impedido de avaliar ações relativas ao ex-cliente.



Ação. Campanha de Moro na paulista

## CAMPANHA ELEITORAL

Contemporâneo de Sade como substituto no TRE, Aurichio Junior também se depôs com ações que envolveram Deltan. Em setembro de 2022, por exemplo — a duas semanas das eleições —, o então candidato a deputado federal comemorou nas redes sociais uma decisão de Aurichio que determinava que sites de esquerda deixassem de veicular que a postulação de Deltan teria sido indevida.

Já Graciane atuou como substituta em ciclos anteriores, tendo tomado posse em 2017. Desde julho de 2019, a advogada é membro do Conselho Nacional de

Segurança Pública e Defesa Social (CNSP), órgão colegiado e consultivo de acompanhamento social das atividades de segurança pública. Sua nomeação foi assinada por Sérgio Moro,

quando era ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PL). Posteriormente, Graciane foi reconduzida duas vezes ao posto, que permanece ocupando na gestão petista.

**Carolina Joias**  
COMPRO JOIAS EM OURO

OURO - PRATA - BRILHANTES - RELOGIOS DE LUXO - PLATINA - MARFIM  
MOEDAS EM GERANIS - ANTILHARIAS - QUADROS - ESCULTURAS  
OBRAS DE ARTE - PRATARIAS  
(VENDA, CONSERVO, FABRICAÇÃO DE JOIAS EM GERAL)  
ESCOLHA SEMPRE UMA EMPRESA SÉRIA  
COM CREDIBILIDADE HÁ 14 ANOS NO MERCADO  
\*NÃO VENDA ANTES DE NOS CONSULTAR  
\*CURBIOREIA  
\*PAGO NA HORA  
\*ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO

Shopping Cidade Copacabana - Copacabana  
Rua Figueiredo de Magalhães, 100 - Térreo - Loja 92  
Shopping Cassino Atlântico - Copacabana  
Rua Francisco Glávion, 20 - Térreo - Loja 117 e 234  
@carolinajojasoficial | www.carolinajojas.com.br  
90559-7801 | 97940-2930 | 3986-3985 | 2235-8289